

# CAQi no CNE

# Uma linha do tempo

Mozart Neves Ramos

Relator do CAQi no Conselho Nacional de Educação (CNE)

# Linha do tempo do CAQi no CNE e no MEC

## **Linha de base**

05 de novembro de 2008:

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Conselho Nacional de Educação formalizam um inédito TERMO DE COOPERAÇÃO para normatizar o CAQi.

1. Em 05 de novembro de 2008 Termo de cooperação entre o CNE e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

2. Em 05 de maio de 2010 o Parecer e a Resolução são aprovados pela CEB/CNE;



2. Em 14 de maio de 2010 a Secretaria Executiva do CNE envia ao Chefe do Gabinete do MEC para análise e homologação;



3. Em 24 de maio de 2010 o Gabinete do Ministro encaminha para a CONJUR para análise e manifestação;





4. Em 25/05/2010 a CONJUR sugere, pela especificidade da matéria, encaminhar previamente a SEB/MEC (\*);



5. A SEB faz uma análise de 10 páginas onde reconhece a importância da matéria e faz várias sugestões (ex: salários) para aprimorar o estudo do financiamento que são incluídas na Resolução do CAQi. A SEB/MEC retorna ao Gabinete do Ministro em 11/02/2011;



6. A Chefia do Gabinete do Ministro encaminha, antes de retornar a CONJUR, ao FNDE para complementar as contribuições sugeridas pela SEB/MEC em 18/02/2011;





7. O FNDE faz uma ampla análise do que a instituição define como padrões mínimos de qualidade, para tanto contribuições são vindas tanto da Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (LSE e PMFE), como da Diretoria de Administração e Tecnologia (RPN). Com relação aos PMFE destacam-se: espaço interno, instalações, ambiente interno e externo, mobiliário, equipamento...(conjunto de tabelas); O FNDE retorna ao Gabinete do Ministro em 11/04/2011.



**Duas matrizes**

**CAQi x FNDE**



8. Em 27/02/2012 observa-se no corpo do Processo uma contribuição oriunda de uma análise da Coordenação Geral de Instrumentos e medidas Educacionais do INEP também solicitada pela Chefia do Gabinete do Ministro em 10/05/2010(\*).

**\*O GM mandou tanto para SEB/MEC como para o INEP**



**PARECER DA SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
MARIA DO PILAR**

## Alguns pontos do Parecer da SEB/MEC pela então Secretária de Educação Básica:

### ....esta meritória iniciativa do CNE...

1. Tornar a resolução mais eficaz..maior precisão do conceito do CAQi...
2. Adequar aos padrões do FNDE
3. Incluir outras modalidades, tais como EJA
4. Revisão da técnica legislativa
5. Considerar as diferenças regionais de preços no cálculo dos custos
6. Às folhas 89 a 116: segue proposta de resolução elaborada pela SEB, contemplando os itens acima, à exceção do 5 que veio após análise do FNDE

(duas análises em paralelo INEP e FNDE)





# Síntese do Parecer do INEP

1. Conceituar qualidade educacional
2. Definir empiricamente os padrões mínimos
3. Desenvolvimento de metodologia para composição e cálculo do **indicador** CAQi (??) e sua compatibilização com as metas intermediárias do IDEB
4. Definir IDEB para educação Infantil
5. Elaborar indicadores de processo para avaliar o CAQi no tempo
6. Analisar viabilidade orçamentária
7. Estimar os cursos por vaga (aluno), de forma a adaptar à realidade do sistema
8. Analisar pertinência da indexação ao PIB

**“propõe uma gama de pesquisas, em parceria com o INEP e outras instituições”**

(uma pausa.....)



**Interpretação deste relator do CNE:** Com o encaminhamento da SEB/MEC afirma-se a importância do CAQi e coloca no “colo” do Ministro para eventual homologação, após ouvir a CEB/CNE. (Mas não era isso que possivelmente o MEC queria, e sim aquilo que o INEP fez!)



Em 26/02/2012 a Chefia do gabinete do Ministro reenvia para SEB/MEC para criação da Comissão Especial para propor políticas públicas que melhorem a qualidade da Educação Básica (Pilar já não era mais Secretária do MEC e sim Cesar Callegari, e Binho Marques também assume a SASE/MEC).



A partir disso (26/02/2012) o processo do CAQi “dorme” no MEC!!



Até que em 10/06/2013 é encaminhado pela Chefia do Gabinete do Ministro para SASE/MEC, visando criar uma Comissão Especial Comissão Especial para propor políticas públicas que melhorem a qualidade da Educação Básica (1 ano e meio depois!!!!)



Parecer da **SASE/MEC**



Em 25/09/2013 o Gabinete do Ministro então retorna a CONJUR



## Posicionamento da CONJUR

1. ...o CNE, sob o aspecto formal, não desbordou de sua competência, mais precisamente daquela prevista nas alíneas “a”, “e” e “g” do § 1º do Art. 9º da Lei nº 4.024 de 1961.

2. Trata-se de uma discussão eminentemente técnica, sem que se possa vislumbrar, no momento, maiores questões jurídicas...embora todos os órgãos e entidades tenham sido unânimes em reconhecer a importância da definição do CAQi, várias sugestões e possíveis fragilidades foram apontadas. Impõe-se, portanto, nova análise do CNE sobre o tema.

## Posicionamento do relator em 1ºS/2014:

1. O estudo do CAQi deve ser continuado no âmbito da CEB/CNE;

**MAS**

2. Vai exigir um forte trabalho de alinhamento com os setores do MEC: a questão não é somente técnica mas essencialmente política

3. Esse tempo vai além daquele que tenho ainda no CNE – 2 meses; portanto, proponho a criação de uma nova Comissão para o CAQi. E o CAQi precisa sair do papel, em articulação técnica e política.